

ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFES DIA 06 Governo enrola, frustra professores e protela negociação

Na sexta-feira, 06/06, às 10 horas, os professores da Ufes têm uma assembleia decisiva: a categoria vai debater e deliberar sobre o indicativo de greve nacional para junho. A plenária será na sede da Adufes, no campus de Goiabeiras/Ufes, em Vitória.

Esta primeira semana de junho promete ser de intensa mobilização nas universidades federais do país. Em reunião nos dias 24 e 25/05, em Brasília, o setor dos docentes das Instituições de Ensino indicou este mês para a retomada da greve, interrompida em 2012. Para isso, haverá uma rodada de assembleias nos estados para discutir o engajamento da categoria no movimento paredista nacional.

A decisão final sobre o início da paralisação deve sair em 7 de junho, quando representantes das seções sindicais do Andes voltam a se reunir, em Brasília. “Somente após avaliar os resultados da rodada nacional de assembleias é que os representantes das Ifes do Andes-SN poderão aprovar ou não a greve por tempo indeterminado para este mês de junho”, ressalta o presidente da Adufes, Edson Cardoso. Ele explica ainda que, após o resultado da reunião do dia 07/06,

será marcada nova assembleia na Adufes para avaliação geral.

Diversas ações de mobilização deverão acontecer para a preparação do início da greve, caso as assembleias ratifiquem a decisão de deflagrar o movimento paredista. Seguindo a orientação nacional, a Adufes convoca a categoria para a plenária geral no dia 06/06 que terá como discussão a deflagração do movimento grevista e outras estratégias de mobilização frente à enrolação do governo federal e às péssimas condições de trabalho e ensino.

“A tática do governo tem sido a de empurrar com a barriga a negociação”, critica o diretor da Adufes, Raphael Goés Furtado, que participou da última reunião do setor das Ifes. Alegando motivo de viagem, lembra Raphael, o secretário de Educação Superior (Sesu) Paulo Speller cancelou a reunião de negociação do último 21/05 e que daria continuidade às discussões sobre a reestruturação da carreira e outras reivindicações.

“O Andes agendou a reunião com um mês de antecedência, no entanto o governo simplesmente nos ignorou. No dia seguinte, o governo se reuniu com a Proifes, uma federação governista que não representa a categoria, para discutir a carreira docente”, critica. Raphael lembra

ASSEMBLEIA GERAL DA ADUFES

6 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA, ÀS 10H, NA SEDE DA ADUFES

PAUTA:

1. Informes
2. Greve Nacional dos/as Professores/as



que, durante a greve de 2012, a federação pelega assinou um “acordo” que desestruturou ainda mais a carreira docente.

Greve de 2012. Em 2012, uma greve histórica dos professores tomou o país, com duração de mais de 100 dias e adesão de 58 das 59 universidades federais. Na época, o governo encerrou as negociações apresentando um Projeto de Lei problemático, que intensificou as distorções na carreira. A greve foi suspensa por tempo indeterminado, mas poderá voltar mais forte agora em 2014.

Professores fazem panfletagem e caminhada em Dia de Paralisação

No último dia 21/05, os docentes da Ufes paralisaram suas atividades em adesão ao Dia Nacional de Paralisação. Em panfletagens na Grande Vitória e nos Centros de Ensino de Alegre (sul) e São Mateus (norte) a categoria denunciou o descaso do governo federal com as negociações em torno da pauta de reivindicações.

A adesão ao movimento foi considerada positiva. “Em várias unidades, 100% dos professores cruzaram os braços”, contabilizou a secretária geral da Adufes, Cenira de Oliveira. Os docentes do Centro de Ciências Agrárias (CCA), em Alegre, uniram panfletagem e caminhada para esclarecer à população local sobre os motivos do movimento.



Diretor da Adufes responde a sindicância por afixar faixa da assembleia no Ceunes

No final do mês de maio, o professor do Departamento de Física do Centro Norte do Espírito Santo (Ceunes) e diretor da Adufes, Raphael Góes Furtado, foi investigado de forma autoritária pelo diretor do centro, Marcelo Suzart de Almeida, por afixar uma faixa da Assembleia Geral dos/as docentes da Ufes. Sem nenhum tipo de argumentação jurídica que justifique a sindicância, o ato demonstra o total despreparo da administração em lidar com os distintos seguimentos e movimentos do espaço universitário.

O diretor do sindicato explica que o anúncio foi afixado próximo à entrada do campus e não representava nenhum transtorno à comunidade acadêmica. Raphael lamentou a intransigência por parte da administração. “A direção disse que é proibido fixar, colar e/ou pregar qualquer material de divulgação sem a autorização previa da universidade. Isso não é verdade. Não há nenhum dispositivo legal quanto a esse item no Estatuto ou Regimento da Ufes”, informa.

Assédio moral. Não é a primeira vez que o diretor do Ceunes utiliza do assédio moral para tentar intimidar representantes dos movimentos sociais e sindicais. “Esse é o terceiro processo que é movido contra mim. O primeiro foi

por defender os/as estudantes que exigiam investimentos para a política de permanência na universidade. O segundo porque denunciei assédio moral a uma servidora, e o último por afixar uma faixa convocando para a assembleia da Adufes”, disse Raphael.

Na avaliação do presidente da Adufes, Edson Cardoso, o ataque foi feito ao sindicato. “A Adufes acaba de completar 36 anos de existência e tem uma história marcada pelo exercício da democracia, diálogo e respeito aos seus pares. Repudiamos veemente a atitude autoritária e anti-sindical do diretor do Ceunes”, frisa o professor Edson.

Tiranía contra Adufes, Sintufes e DCE. O diretor da Adufes, Raphael Góes, também considera que o comportamento tirano da direção do Ceunes ameaça o direito legítimo de organização sindical. Aliás, ao longo dos últimos anos, de acordo com o professor, a reitoria tem tratado os movimentos constestatórios da universidade como caso de polícia. “O autoritarismo pode ser percebido contra os técnico-administrativos (Sintufes) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A todo custo querem criminalizar as ações dos/as trabalhadores/as e estudantes. Precisamos derrotar essa política de repressão e criminalização”, concluiu Raphael.



Adufes exige transparência na prestação de contas da Fundação dita de apoio Ceciliano Abel de Almeida

A Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA) dita de apoio à Universidade Federal do Espírito Santo/Ufes, conhecida e criada com o pretexto de auxiliar e fomentar projetos de pesquisa, ensino e extensão tem se transformado, cada vez mais, em mero balcão de negócios e interesse particular dentro da universidade.

A instituição é um órgão de direito privado, submetida às regras de direito civil, sem fins lucrativos. Não está livre de prestar contas de convênios, contratos, parcerias e aplicações em geral de recursos financeiros que administra. Mas, na Ufes a FCAA é uma caixa preta.

A entidade tem somado dívidas que chegam a mais de R\$ 30 milhões sem que haja qualquer fiscalização por parte da Administração Central da Universidade. Desde o mês passado, inclusive, a fundação está com atrasos salariais e devendo encargos trabalhistas. E até o momento a reitoria nada fez para averiguar a situação que atinge mais de 200 trabalhadores.

É de estranhar que entidades fundacionais como essa, de direito privado, tem se tornado a regra geral na gestão estatal. O Estado se descompromete com o financiamento das políticas públicas, transferindo à iniciativa privada o papel que tem deixado de cumprir. Isso vem a permitir a prevalência de interesses privados no âmbito da educação pública, gratuita e superior.

Neste contexto de total falta de transparência e comprometimento da administração da universidade com a comunidade acadêmica e a sociedade civil é que a Adufes se coloca, uma vez mais, contra as ilegalidades e descontrole que marcam a atuação da Fundação Ceciliano Abel de Almeida e de outras tantas espalhadas em Universidade de todo país.

O sindicato denuncia a falta de prestação de contas e exige uma auditoria no caixa da fundação, convocando os Ministérios Públicos Federal e Estadual, Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalizarem a FCAA.

Diretoria da Adufes

“É preciso voltar a acreditar que a luta da categoria é o caminho para obter conquistas”, diz o vice-presidente do Andes-SN

Quais as perdas na carreira dos professores/as das Instituições Federais de Ensino Superior sentidas com a lei 12.772/2012?

As principais perdas são o agravamento da desestruturação, a fragilização da dedicação exclusiva, a contradição entre ingresso necessariamente na base independentemente da titulação em uma carreira pseudohierarquizada e o ataque à autonomia universitária -, afastando o desenvolvimento da carreira dos percursos acadêmicos reais ao criar barreiras/critérios nacionalmente estanques e diferenciados entre Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Houve malícia intencional na utilização de duas medidas que aparentemente seriam coincidentes com as reivindicações. A primeira em relação ao número de degraus da carreira, uma vez que retornamos ao total de 13, porém os 4 degraus que haviam sido acrescentados “em cima” quando da criação da classe de associado, agora foram retirados “em baixo”, isto é, enterrando a grade salarial para o subsolo, isso atinge a maioria dos aposentados na classe de adjunto. A

segunda é a remuneração da titulação fora do vencimento. Esse quadro atenta contra os direitos dos professores que construíram a universidade e dos ingressantes. A carreira foi esvaziada de conceitos.

Quais os problemas decorrentes da nova forma de ingresso na carreira?

O governo impôs uma carreira falsamente hierarquizada em classes que não tem qualquer sentido na nossa experiência acadêmica. Tanto é assim que imediatamente se valeu de uma Medida Provisória criando uma “sopa de letrinhas” para evitar que professores doutores, que são a maioria dos ingressantes, fossem tratados como professores auxiliares.

O ingresso de professores já doutores na maior parte das áreas das universidades públicas é a regra geral hoje em dia, independente de constar ou não na exigência legal.

Os salários ainda são atrativos para a categoria?

Temos produzido e divulgado estudos tomando como referência o poder aquisitivo real dos salários dos professores federais em julho de 2010, esta última referência porque foi o mês que entrou em vigor a última tabela, também imposta pelo governo na vez



Foto:Andes-SN

“ O governo impôs uma carreira falsamente hierarquizada em classes que não tem qualquer sentido na nossa experiência acadêmica ”

anterior. É bom lembrar que naquele momento o poder aquisitivo era criticado, considerado insuficiente comparado a outros segmentos de servidores públicos federais dos quais sequer é exigida a mesma titulação e o regime de dedicação exclusiva.

Tem sido cada vez mais frequente nas universidades federais, a desistência de professores concursados exatamente porque encontram em outros setores maior valorização salarial em contrapartida ao seu trabalho.

O que pode servir de estímulo para uma greve dos professores/as em 2014?

Acreditar efetivamente que

esse quadro pode ser alterado pela força da mobilização! Foram os professores de todo o país que construíram a proposta de carreira docente defendida pelo Andes-SN. Há ampla consciência de que o caminho para a reestruturação e para a melhoria das condições de trabalho passa pelos elementos contidos nesta proposta. A identidade coletiva da categoria na luta foi retomada com a greve de 2012 que, no entanto, não foi capaz de inverter o sentido que o governo tem importado desde a década de 90. Agora é preciso voltar a acreditar que a luta do conjunto da categoria é o caminho para obter conquistas.

Sindicato convida categoria para fortalecer os GTs

Buscando ativar os Grupos de Trabalho (GT's) locais, a Adufes realiza na quinta-feira, 05/06, a 1ª reunião ampliada dos 11 coletivos da entidade. O encontro será na sede do sindicato, às 15h, em Viória. Abertos à participação dos professores (as) da ativa e aposentados, os GT's são espaços de discussão de temas variados e de interesse da categoria.

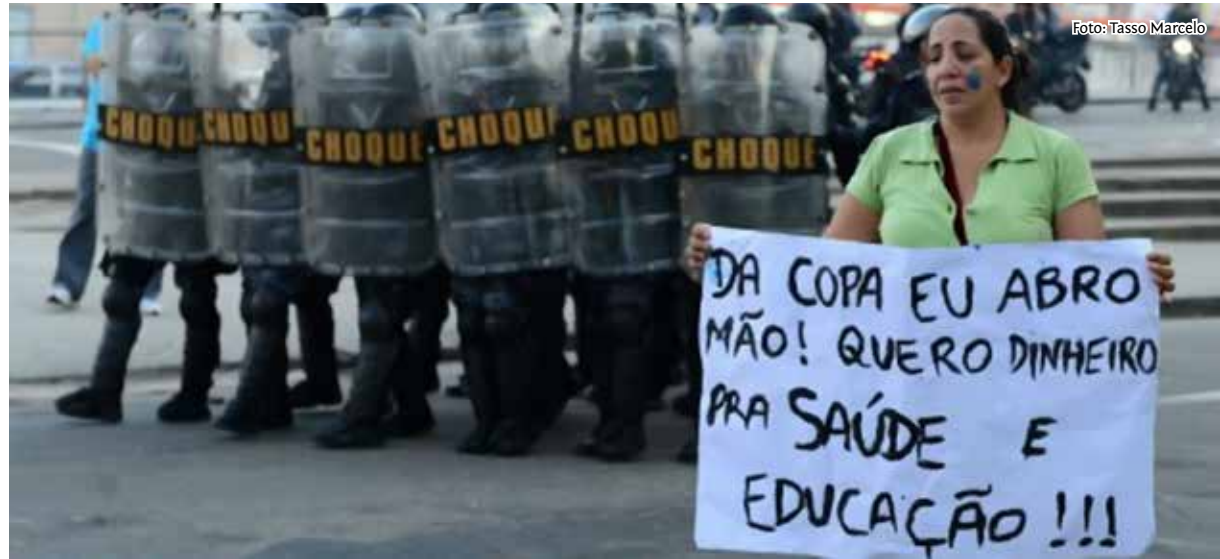
Na ordem de discussão dos GT's estão car-

reira docente, Funpresp, estágio probatório, progressão funcional e condições de trabalho, entre outros. Cada GT tem temática própria, mas isso não impede que os (as) professores participem de um ou mais grupo. É escolher o (os) tema (s) de interesse, participar das reuniões e das ações propostas. As reuniões dos GTs serão divulgadas com antecedência, então tod@s podem tentar se organizar para participar.

Copa do Mundo: crescem os lucros e a repressão policial

Para o Conselheiro da Adufes no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e professor do Departamento de Economia da Ufes, Helder Gomes, os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo, servem para aumentar os lucros, primordialmente, dos/as empresários/as donos/as das megas construtoras, dos monopólios de comunicação, do setor hoteleiro, entre tantos outros. Helder destaca também que os megaeventos são utilizados como mote para aumentar a repressão policial, criminalizar os movimentos populares e violar os direitos humanos.

Segundo estimativa dos Comitês Populares da Copa, cerca de 250 mil famílias foram e/ou serão desalojadas para a realização de grandes projetos urbanos no contexto dos megaeventos esportivos. “A FIFA, que se apresenta como uma fundação sem fins lucrativos, impõe uma série



Repressão policial contra os movimentos populares será ainda maior durante a Copa do Mundo.

de condições ao governo brasileiro que aceitou tudo, numa estúpida evidência de subordinação”, diz Helder.

O professor salienta que haverá forte restrição à participação popular e aumento da segregação, jogando os pobres para longe, através de leis terroristas e de exceção. “O Estado acatou, inclusive, cláusulas referentes a zonas de exclusão, que na prática significa, de um lado, a garan-

tia do monopólio na venda e uso de marcas e produtos. Do outro, o controle do acesso público a espaços relevantes das cidades”, avisa.

No final, lembra Helder, restará o sobre-endividamento do Estado Brasileiro, que paga juros absurdos na captação de recursos e que empresta a juros subsidiados para os empreendimentos da Copa, via BNDES. Além disso, haverá os imensos gastos infraestr-

turais dos estados e municípios, financiados pelas agências multilaterais (BIRD e BID).

Mas, não é só isso que continuará levando milhares de manifestantes às ruas. “A Copa revela a perda do sentido democrático nas decisões prioritárias dos investimentos públicos, a intensificação da criminalização dos movimentos populares, aumento da repressão policial e maior privatização das cidades.

Campanha auxilia terceirizados da Ufes

Um movimento ganhou os corredores da Universidade. A comunidade acadêmica está arrecadando cestas básicas para ajudar funcionários da PH Service, que decretou falência. Essa empresa, sem dar explicações aos trabalhadores, abandonou o contrato com a Ufes sem pagar os salários e os direitos trabalhistas.

Após a paralisação das atividades e a interferência da Justiça do Trabalho, a situação está sendo “acertada”. Às pressas, a universidade recorreu à contratação de novas prestadoras que se comprometeram com o Ministério Público do Trabalho em readmitir os demitidos.

“Tem trabalhador passando fome”, afirma a professora Ana

Heckert. A campanha, segundo ela, foi lançada por duas funcionárias da Ufes. “Pedimos que os colegas divulguem a campanha em seus centros/departamentos e vejam as necessidades urgentes dos funcionários e como é possível ajudá-los nesta emergência”, diz.

De acordo com o diretor da Adufes, André Michelato, a terceirização é um mal que precisa ser combatido. “Não é de hoje que a comunidade acadêmica tem se manifestado contrária à terceirização exatamente por causa de questões como esta”, ressalta, lembrando que principalmente no serviço público, a terceirização configura-se em desigualdade entre os efetivos e terceirizados.

Prestação de Contas Gestão Adufes 2013/2015

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade. Confira a prestação de conta de janeiro/2014.

RECEITA MÊS 01/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidade dos Associados)	126.685,79
OUTRAS RECEITAS*	11.205,71
TOTAL DA RECEITAS	137.891,50

DESPESAS MÊS 01/2014

Despesas c/Pessoal	27.230,93
Atividades e Eventos Sindicais	11.947,95
Serviços Prestados Terceiros	12.867,75
Despesas Gerais**	39.496,36
Despesas Tributárias	2.811,86
Despesas Financeiras	40,60
TOTAL DAS DESPESAS	96.185,81

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos.

**Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.